



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

RONALDO ALVES DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DOS CLÁSSICOS LITERÁRIOS NO CONTEXTO ESCOLAR A
PARTIR DA OBRA *OS BRUZUNDANGAS*, DE LIMA BARRETO**

Tubarão

2021



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

RONALDO ALVES DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DOS CLÁSSICOS LITERÁRIOS NO CONTEXTO ESCOLAR A
PARTIR DA OBRA *OS BRUZUNDANGAS*, DE LIMA BARRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa.

Prof. Dra. Chirley Domigues (Orientadora – PPGE/PPGCL/UNISUL)

Tubarão

2021

RONALDO ALVES DE MELO

**A IMPORTÂNCIA DOS CLÁSSICOS LITERÁRIOS NO CONTEXTO ESCOLAR
APARTIR DA OBRA *OS BRUZUNDANGAS*, DE LIMA BARRETO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 22 de dezembro de 2021



Prof. Dra. Chirley Domingues (Orientadora – PPGE/PPGCL/UNISUL)



Prof. Dra. Andréia da Silva Daltoé (Avaliadora – PPGCL/UNISUL)



Prof. Me. Leandro de Bona Dias (Avaliador – PPGCL/UNISUL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com grande respeito, carinho e admiração, a todos que contribuíram para a minha caminhada desde o início do curso até seu término. Em especial, aos familiares, aos amigos e aos professores que forneceram o incentivo, a inspiração e o ensino para que eu pudesse prosseguir diante dos desafios num constante devir.

“O amor sabe governar com sabedoria e acerto, não é à toa que Dante diz que ele move o Céu e a alta Estrela” (Lima Barreto).

RESUMO

O trabalho tem como objetivo problematizar a importância dos clássicos literários no contexto escolar, defendendo a sua permanência e inclusão na Educação Básica como um instrumento que possibilita a reflexão e a compreensão sobre o contexto político brasileiro, sobretudo no início do século XXI. Neste sentido, o estudo procura demonstrar a relevância da leitura interpretativa da obra *Os Bruzundangas*, do autor Lima Barreto, considerando a obra, um retrato satírico do Brasil durante o século XX no período da Primeira República, como possibilidade para dialogar, em determinados aspectos, com o contexto político do início deste século XXI. Sendo assim, a escolha da obra *Os Bruzundangas*, se justifica, principalmente, por conta da relação que ela estabelece com a atualidade, isto é, devido às significações que ela nos permite fazer sobre nossa contemporaneidade na realização de sua leitura. Para alcançar o êxito no referido objetivo, o presente trabalho divide-se em quatro capítulos principais que tematizam a leitura na escola, a importância dos clássicos literários na escola, a obra de Lima Barreto, e o livro *Os Bruzundangas*, sendo realizadas, respectivamente, discussões sobre a leitura enquanto atividade escolar; sobre os clássicos literários, como obras atemporais e necessárias na escola; sobre a vida e obra de Lima Barreto; e sobre a obra *Os Bruzundangas*, enquanto possibilidade de evidenciar o diálogo entre aspectos do contexto brasileiro no início do século XX e a atualidade. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, tendo como aporte teórico autores que nos ajudam a refletir sobre as temáticas abordadas em cada capítulo e assim apresentadas: *A leitura na escola*: Ivanda Martins (2009), Regina Zilbermann (2009), Roland Barthes (1987), Annie Rouxel (2012), Tzvetan Todorov (2012); *A importância dos clássicos literários na escola*: Thomas Stearns Eliot (2014), Italo Calvino (1993), Celdon Fritzen (2017), Antônio Candido (1989), José Luiz Fiorin (1999), Ana Maria Machado (2002), Arthur Schopenhauer (2012), Marinês Paloschi Rodrigues (2016); *A obra de Lima Barreto*: Lilia Schwarcz (2017), Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura (1991), Jonatan de Souza Santos (2016); *Os Bruzundangas: uma sátira à classe política brasileira*: Valentin Facioli (2001), Alfredo Bosi (1994), Roberto Remígio Florêncio, Carlos Alberto dos Santos e Vlader Nobre Leite (2020), José de Souza Martins (1994), Décio bento José da Silva (2014), Daniela Palhuca do Nascimento Queiroz (2020).

Palavras-chave: Clássicos. Leitura. Literatura. *Os Bruzundangas*. Lima Barreto.

ABSTRACT

The paper aims to problematize the importance of literary classics in the school context, defending their permanence and inclusion in Basic Education as an instrument that enables reflection and understanding about the Brazilian political context, especially in the early twenty-first century. In this sense, the study seeks to demonstrate the relevance of the interpretative reading of the work *Os Bruzundangas*, by Lima Barreto, considering the work, a satirical portrait of Brazil during the 20th century in the period of the First Republic, as a possibility to dialogue, in certain aspects, with the political context of the beginning of the 21st century. Thus, the choice of the work *Os Bruzundangas* is justified, mainly, because of the relationship it establishes with the present time, that is, because of the meanings it allows us to make about our contemporaneity when reading it. To achieve this goal, this work is divided into four main chapters that deal with reading at school, the importance of literary classics at school, Lima Barreto's work, and the book *Os Bruzundangas*; We discuss reading as a school activity; literary classics as timeless and necessary works for school; the life and work of Lima Barreto, as a pre-modernist writer; and *Os Bruzundangas*, as a possibility to show the dialogue between aspects of the Brazilian context in the beginning of the 20th century and today. The research is characterized as bibliographical, having as theoretical support authors who help us to reflect on the themes addressed in each chapter and presented as follows Reading at school: Ivanda Martins (2009), Regina Zilbermann (2009), Roland Barthes (1987), Annie Rouxel (2012), Tzvetan Todorov (2012); The importance of literary classics at school: Thomas Stearns Eliot (2014), Italo Calvino (1993), Celdon Fritzen (2017), Antônio Candido (1989), José Luiz Fiorin (1999), Ana Maria Machado (2002), Arthur Schopenhauer (2012), Marinês Paloschi Rodrigues (2016); The work of Lima Barreto: Lilia Schwarcz (2017), Carlos Emílio Faraco and Francisco Marto de Moura (1991), Jonatan de Souza Santos (2016); *Os Bruzundangas*: a satire on the Brazilian political class: Valentin Facioli (2001), Alfredo Bosi (1994), Roberto Remígio Florêncio, Carlos Alberto dos Santos and Vlader Nobre Leite (2020), José de Souza Martins (1994), Décio bento José da Silva (2014), Daniela Palhuca do Nascimento Queiroz (2020).

Keywords: Classics. Reading. Literature. *Os Bruzundangas*. Lima Barreto.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A LEITURA NA ESCOLA	11
3	A IMPORTÂNCIA DOS CLÁSSICOS LITERÁRIOS NA ESCOLA.....	17
4	A OBRA DE LIMA BARRETO.....	26
5	<i>OS BRUZUNDANGAS: UMA SÁTIRA À CLASSE POLÍTICA BRASILEIRA</i>	30
5.1	A ESCOLHA DE MINISTROS	33
5.2	A NOBREZA DOUTORAL.....	35
5.3	O APOIO RELIGIOSO	38
5.4	NEPOTISMO.....	40
6	CONCLUSÃO.....	43
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se originou a partir da admiração pessoal pela obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, tido como um dos grandes autores da literatura nacional. A referida admiração, no entanto, se ampliou a partir da leitura da obra intitulada *Os Bruzundangas*, considerada como um retrato satírico do Brasil nos tempos da Primeira República.

Após a leitura desta obra, escrita em 1917 e publicada postumamente em 1922, constatamos que ela possibilita uma potente reflexão sobre questões políticas e sociais que ainda fazem parte da nossa realidade, ou seja, que desde os tempos da Primeira República até os dias atuais ainda perduram no Brasil.

Considerando essa possibilidade de diálogo, entendemos que a obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, é uma grande prova de que os clássicos literários devem ter/continuar tendo espaço garantido dentro do contexto escolar, uma vez que essa obra literária: a) promove o contato “com determinado patrimônio estético-literário”, (FRITZEN, 2017); b) possibilita àquele que a lê a compreensão sobre si mesmo, e simultaneamente, sobre o quadro cultural a que pertence, isto é, sobre sua realidade, traduzindo-a e revelando-a (CALVINO, 1993; FRITZEN, 2017; MACHADO, 2002; SCHOPENHAUER, 2012); c) permite a “apreensão do imaginário e das formas de sensibilidade de uma determinada época, de suas formas poéticas e das formas de organização social e cultural do Brasil”, se provando como capaz de tocar o leitor em seus valores e emocionalmente (BRASIL, 2017, p. 523); d) é detentora do reconhecimento da crítica literária brasileira, sendo considerada como uma obra de “amplo espectro” e como uma crítica às estruturas sociais brasileiras (BOSI, 1994, p323); e) fornece uma capacitação e uma bagagem ao jovem leitor para os desafios que a vida lhe apresentará, pois concede “forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores” e “paradigmas de beleza” (CALVINO, 1993, p. 10); f) e por fim, estabelece, enquanto leitura literária, uma relação com a atualidade, isto é, significação e sentidos possíveis no diálogo com a contemporaneidade (CALVINO, 1993), de tal forma a romper com a ideia de anacronismo atribuída à literatura (FRITZEN, 2017), se mostrando próxima e reveladora da estrutura social e política brasileira atual.

Para atingirmos o objetivo do estudo aqui proposto, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, a partir da leitura de artigos acadêmicos, revistas científicas, livros de crítica

literária, biografias, documentos norteadores do ensino e outras referências relacionadas aos temas abordados. Por conceituação, uma pesquisa bibliográfica define-se como:

O levantamento, a leitura, o fichamento, a análise e a interpretação de informações manuscritas, impressas ou digitalizadas, obteníveis de livros, periódicos e demais artefatos culturais, físicos ou eletrônicos, passíveis de formarem bibliografia sobre um determinado assunto e de serem depositados em uma biblioteca real ou virtual para fins de consulta. (RAUEN, 2018, p. 169).

A discussão proposta por este trabalho de conclusão de curso foi dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, “A leitura na escola”, problematizamos o estudo da literatura no contexto escolar que, em grande medida, pouco contempla a leitura do texto literário. No segundo, “A importância dos clássicos literários na escola”, discutimos a atemporalidade dos clássicos literários e sobre a importância de eles estarem presentes na Educação Básica, ainda na atualidade. No terceiro capítulo, “A obra de Lima Barreto”, abordamos a vida e a obra do autor Lima Barreto e o contexto sociocultural do Brasil no início do século XX. E por último, no quarto capítulo, “*Os Bruzundangas*: uma sátira à classe política brasileira”, realizamos a apresentação da obra, enquanto retrato satírico do Brasil durante o século XX no período da Primeira República, e o diálogo que ela estabelece em determinados aspectos com o contexto político do início do século XXI.

2 A LEITURA NA ESCOLA

No Brasil, há uma série de documentos que norteiam a Educação Básica e que se apresentam como diretrizes para o trabalho dos educadores no contexto escolar, entre eles temos: o Plano Nacional da Educação (PNE), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Base Nacional Curricular (BNC), as Orientações Curriculares para o novo Ensino Médio, entre outros. Dentre estes documentos, o mais recente, homologado no ano de 2017 pelo ex-ministro da Educação, Mendonça Filho, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, por definição:

É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) [...] e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017, p. 7).

A BNCC¹, como documento norteador da Educação Básica, tem por objetivo promover o ensino a partir do desenvolvimento de competências, de maneira que as aprendizagens, consideradas essenciais e imprescindíveis no processo educacional por este mesmo documento, sejam alcançadas. Além disso, ela se constitui como uma proposta de base curricular unificada que contempla todo o território nacional, considerando, porém, a necessidade de serem respeitadas as especificidades e necessidades contextuais de cada região.

Entretanto, apesar da BNCC se apresentar como um avanço na educação do país, não podemos deixar de mencionar, brevemente, duas problemáticas questões relacionadas ao documento que entendemos serem essenciais.

Uma delas é a mencionada ideia de unificação do ensino brasileiro, objetivo que, hipoteticamente, poderia ser concretizado. Contudo, se levarmos em conta a dimensão e a diversidade – social, política, econômica, geográfica, estrutural, etc. – existente no solo

¹ A Base Nacional Comum Curricular, apesar de ter sido homologada em 2017, já estava prevista em documentos anteriores como a Constituição Federal de 1988 (Art. 10º); a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Art. 9º, Inciso IV; e Art. 26º); as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, Art. 14º); o PNE de 2014 (estratégia 1.9; estratégia 2.1; estratégia 3.2 e 3.3; meta 7, estratégia 7.1); e a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

nacional, entendemos que dificilmente uma unificação ou regulação completa do ensino brasileiro se efetivaria. A outra, diz respeito ao contexto político e social da origem do documento, pois se recorrermos ao passado, veremos que ele surge após a PEC 55 (Proposta de Emenda Constitucional), de 2016 – que congela os investimentos públicos pelo período de vinte anos, inclusive na área educacional – e em cenário de grande instabilidade política, após a retirada do poder, em 2017, de um governo legítimo e eleito democraticamente.

A partir destas duas questões referentes à BNCC, as quais poderiam ser aprofundadas em discussão mais ampla, caso aqui houvesse espaço para tal, somos estimulados a refletir e questionar a proposta do documento, que, num primeiro olhar, nos deixa em dúvida sobre o seu caráter – seria apenas um instrumento burocrático e político, ou de fato se constitui como um artifício modificador da realidade educacional?

Apesar disso, levando em conta a inegável dimensão deste trabalho norteador da Educação Básica, que é a BNCC, nele não poderia deixar de constar discussões a respeito de um ato tão fundamental e elementar no processo educacional: a leitura. Com relação a esse tema – que, paralelamente, se une à literatura –, o documento apresenta a ideia de “leitor-fruidor”, isto é, a imagem de “um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de ‘desvendar’ suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura” (BRASIL, 2017, 138). Vale destacar que o conceito “fruição”, de acordo com o documento:

Refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais (BRASIL, 2017, p. 195).

Faz-se interessante apontar que tal conceituação de “fruição” se assemelha – quase como uma síntese – à perspectiva de Roland Barthes quando este trata de “texto de prazer” e de “texto de fruição”, em sua obra “O prazer do texto”. Nas palavras do citado autor:

O texto de prazer é aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, estando ligado a uma prática confortável da leitura. O texto de fruição é aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem. (BARTHES, 1987, p. 21-22, grifo nosso).

Vemos que, para Barthes (1987), o “texto de prazer” é aquele que não rompe com a cultura, resultando em prática confortável. De modo oposto, o “texto de fruição”, é o que desafia o leitor em sua cultura e o desconforta. Ou seja, para Barthes há uma distinção clara entre “texto de prazer” – aquele que nos proporciona um contentamento e um conforto – e “texto de fruição” – aquele que nos desafia e nos desconforta.

Percebemos que esta distinção não está presente na conceituação que traz a BNCC. Para o documento, o termo “fruição”, “refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais” (BRASIL, 2017, p. 195). Entretanto, o conceito de “fruição” que traz a BNCC – partindo do pressuposto que os termos “deleite” e “prazer” denotam conforto, e que o termo “estranhamento” denota desconforto – pode ser considerado como uma síntese da perspectiva de Roland Barthes em relação aos conceitos “texto de prazer” e “texto de fruição”, mesmo que de maneira superficial.

De acordo com Domingues (2017), a respeito destas duas posturas em relação à leitura do texto literário, a leitura de fruição pode ser caracterizada pela exigência ao leitor de entrega à leitura que realiza, de modo a se deixar inundar pelos desconfortos que podem lhe ser causados; diferentemente da leitura de prazer e distração, que não estimula o leitor a solucionar os estranhamentos que lhe são provocados pelo texto que lê.

Considerando a generalidade existente no conceito de “fruição” presente na BNCC – e considerando a perspectiva de Barthes (1987) e Domingues (2017) em relação ao que seja a fruição – tomaremos as conceituações até aqui apresentadas sobre o termo como correspondentes ao que consideraremos como “fruição” ao longo deste trabalho, uma vez que tais conceituações, em nossa perspectiva, não se contrapõem, mas se complementam.

A BNCC reforça a relevância da leitura e da literatura no contexto escolar, ao apontar que a leitura do texto literário tem sido, ultimamente, deixada em plano secundário por decorrência de uma atitude denominada pelo documento como “simplificação didática”. Apresentando-se como uma proposta contrária, o texto da Base enfatiza que o contato do leitor com o texto deve ocupar posição nuclear no trabalho com a literatura, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio (BRASIL, 2017, p. 501). Em relação ao fato de a leitura do texto literário situar-se em segundo plano, como aponta a BNCC, torna-se importante resgataremos alguns estudos que antecedem a base e nos quais já estão presentes a distância preocupante entre o leitor e o texto literário no contexto da escola. Dessa forma, destaca-se Martins (2009, p. 92-93), segundo a qual:

As atividades com a literatura no ambiente escolar se dão, na maior parte das vezes, por meio de textos fragmentados, extraídos dos livros didáticos, dos paradidáticos e das apostilas [...] diante da superabundância de textos fragmentados, apresentados por diversos manuais didáticos, o aluno pode perder-se, sem saber que caminhos trilhar, quais textos ler.

Vale dizer que, a leitura do texto literário, sendo este fragmentado nos livros didáticos, como exposto acima, ao ocupar lugar secundário no trabalho com a literatura, nos leva a perceber o fato de que obras importantes do acervo literário nacional acabam não sendo lidas por grande parte dos alunos brasileiros durante o percurso destes na educação básica, uma vez que na escola, *lócus* privilegiado para que essa leitura aconteça, o contato dos educandos com a literatura não se concretiza.

Correlativamente, Zilbermann (2009, p. 17), ao discutir sobre a ênfase no ensino dos gêneros textuais, em detrimento da leitura do texto enquanto literatura, afirma que: “dificilmente a literatura se apresenta no horizonte do estudante, porque, de um lado, continua ainda sacralizada pelas instituições que a difundem; de outro, dilui-se no difuso conceito de texto ou discurso”. Ou seja, nestas perspectivas, o texto literário em si não é recebedor de devida atenção no trabalho com a literatura, de maneira a estar em segundo plano. O que, supostamente, faz com que ele seja utilizado como pretexto para alguma outra atividade relacionada a um determinado conteúdo na grade curricular.

Ao supormos, a partir dos autores citados, que o estudante da Educação Básica realiza apenas um contato breve e superficial com a obra literária, isto é, que a sua interação com o texto literário ocorre de forma fragmentada, podemos dizer que a leitura literária na escola está comprometida. Poderíamos supor que, por consequência da brevidade de tal contato, o ato da leitura acabe se resumindo a uma leitura superficial, isto é, em atividades sem nenhuma aproximação pessoal do leitor com a leitura realizada. Tal relação, ao que tudo indica, em nada contribui para possibilitar a fruição do texto, como, em certa medida, aponta a BNCC.

Neste panorama de perspectivas sobre a literatura no contexto escolar, vale fazer referência à crítica apresentada por Todorov (2012), em seu livro “A literatura em perigo”. Na obra em questão, o estudioso búlgaro se manifesta sobre a abordagem estruturalista em voga durante muito tempo como possibilidade indiscutível de análise da literatura. Na perspectiva atual de Todorov, o estudo analítico, que objetiva somente a captação do sentido imanente e a análise estrutural do texto literário, tomando-o como algo à parte e sem conexões com mundo real, acabou afastando os leitores do texto literário. Diante do exposto, Todorov pondera que:

Os ganhos da análise estrutural, ao lado de outros, podem ajudar a compreender melhor o sentido de uma obra [...] são instrumentos que ninguém hoje pode contestar, mas nem por isso merecem que nos dediquemos a eles em tempo integral [...] é preciso também ir além. Não apenas estudamos mal o sentido de um texto se nos atemos a uma abordagem interna estrita, enquanto as obras existem sempre dentro e em diálogo com um contexto [...]. (TODOROV, 2012, p. 32).

Na reflexão que propõe sobre a perspectiva estruturalista, Todorov não se volta a favor da abolição completa de tal abordagem teórica, de maneira a negar a sua contribuição no processo educacional. O que ele faz é uma espécie de defesa em prol do “equilíbrio entre as contribuições do formalismo-estruturalismo e as conexões do texto literário com o mundo real e com a vida contemporânea”, de modo que isto “tenha reflexo na formação de professores e alunos de literatura” (TODOROV, 2012, p. 11). Em acréscimo, segundo o referido autor, no contexto de uma abordagem estruturalista no trabalho com a literatura

O estudante não entra em contato com a literatura mediante a leitura dos textos literários propriamente ditos, mas com alguma forma de crítica, de teoria ou de história literária. Isto é, seu acesso à literatura é mediado pela forma “disciplinar” e institucional. Para esse jovem, literatura passa a ser então muito mais uma matéria escolar a ser aprendida em sua periodização do que um agente de conhecimento sobre o mundo, os homens, as paixões, enfim, sobre sua vida íntima e pública. (TODOROV 2012, p. 10).

Ou seja, o perigo pelo qual a literatura passa, para Tzvetan Todorov, em alusão ao título de sua obra “A literatura em perigo”, está “na forma como a literatura tem sido oferecida aos jovens, desde a escola primária até a faculdade” (TODOROV, 2012, p11), isto é, objetivando somente o estudo estrutural da obra, da crítica e da história literária.

Para Todorov (2012, p. 11), vendo aqui certa semelhança com o que defende a BNCC (2017), os textos literários devem ocupar “o centro e não a periferia do processo educacional”, de maneira que o estudante, ao tomar contato com eles, possa ser envolvido pelo seu conteúdo, e, desta maneira, fazer conexões com a sua realidade, indo além do estudo estrutural, pois:

Em regra geral, o leitor não profissional, tanto hoje quanto ontem, lê essas obras não para melhor dominar um método de ensino, tampouco para retirar informações sobre as sociedades a partir das quais foram criadas, mas para nelas encontrar um sentido que lhe permita compreender melhor o homem e o mundo, para nelas descobrir uma beleza que enriqueça sua existência; ao fazê-lo, ele compreende melhor a si mesmo. (TODOROV, 2012, p. 33).

Estabelecidos estes apontamentos sobre a literatura no contexto escolar, podemos considerar que o ato da leitura e a obra literária estão, invariavelmente, ligadas a um contexto

maior, político e social. Assim sendo, a leitura de obras literárias pode possibilitar ao sujeito que a realiza uma melhor compreensão de si e do mundo que o rodeia, uma vez que “toda verdadeira experiência de leitura envolve a totalidade do ser” (ROUXEL, 2012, p. 278), isto é, um real envolvimento no que tange à subjetividade do indivíduo, de tal modo a ir além da abordagem simplificada, fragmentada, gramatical ou estruturalista do texto literário.

Diante do exposto, entendemos ser imprescindível o envolvimento do leitor com o texto literário para que a fruição em relação às obras literárias aconteça, para que o sujeito leitor possa compreender melhor a realidade que o cerca e passe a perceber “a literatura como fenômeno cultural, histórico e social” e também como “instrumento político capaz de revelar as contradições e conflitos da realidade” (MARTINS, 2009, p. 91).

3 A IMPORTÂNCIA DOS CLÁSSICOS LITERÁRIOS NA ESCOLA

O termo “clássico” pode ser relacionado a diversas áreas do conhecimento, entretanto, se partirmos de uma básica definição lexical (MICHAELIS, 2008, p. 192), veremos que ele está relacionado “à literatura grega e latina”, e se apresentará como referente à obra ou ao autor “que é de estilo impecável e constitui modelo digno de imitação”. Ou seja, de acordo com a definição lexical, o clássico literário está relacionado com a origem da cultura ocidental – Grécia e Roma –, e se constituiria como um modelo, um molde a ser seguido.

Além da concepção lexical para o termo, existem outras. A expressão “clássico”, no âmbito da literatura, é também utilizada como referência a determinado “autor-padrão” de uma língua, denotando os sentidos de grandeza, permanência e importância desse escritor em seu campo de atuação (ELIOT, 2014). Outra forma de conceber o termo “clássico” é a que o considera como “obra antiga, composta por uma linguagem muito rebuscada, que não condiz com a nossa realidade” (RODRIGUES, 2016, p. 72), concepção que, supomos, seja a mais aproximada do senso comum.

Dentre as formas apontadas de conceber o que seja um “clássico”, e mais exatamente um “clássico literário” – não desconsiderando a relevância das breves concepções já trazidas –, a palavra “maturidade” é a forma mais adequada de expressar o termo, como revela o poeta, Thomas Stearns Eliot (2014), para quem um clássico ocorre ou constitui-se quando uma civilização, uma língua, uma literatura, um espírito, atingem a maturidade.

A partir disto, podemos refletir sobre o fato de que a maturidade é, primeiramente, um processo biológico, e que está relacionada ao tempo cronológico, ou seja, à história. Assim, de acordo com a visão de Eliot (2014), é cabível a realização da seguinte analogia: tal qual um ser humano que, para realizar determinadas tarefas necessita de certa maturação, idade e experiência, o texto literário há de estar num estágio de amadurecimento para poder ser considerado como clássico, ou seja, para ter reconhecida a sua “grandeza” e a sua “permanência” na história, dentro de “um progresso ordenado, embora inconsciente, de uma língua para realizar as suas próprias potencialidades dentro das suas próprias limitações” (ELIOT, 2014, p. 131).

Por esta via, compreendemos que um clássico literário não é considerado como tal a partir de uma “gratuidade”, ele assim se constitui por meio do estabelecimento de uma relação com o contexto geral em que foi produzido e de acordo com o tempo que perdura nas mãos da

humanidade como obra literária, sendo significado e ressignificado em cada momento que é lido, seja pelo leitor comum ou pelo crítico literário, tal como expressa Italo Calvino, segundo o qual:

Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes) [...] eles servem para entender quem somos e aonde chegamos. (CALVINO, 1993, p. 11).

Assim, compreendermos o clássico literário como fruto do amadurecimento de uma civilização, de uma língua, de uma literatura e de um indivíduo que, produzindo sua obra retratou a sua realidade, com todos os seus aspectos – sociais, culturais, políticos, econômicos etc. –, é caracteriza-lo como um livro que:

se destacou por muitas gerações, por ser uma obra extraordinária [...] que foi lido e apreciado por inúmeros leitores, permanecendo vivo através dos tempos [...] nos transmitindo uma visão profunda e abrangente das complexas relações sociais e políticas de um determinado momento histórico, que, em certa medida, influíram no modo como ele se constituiu [...] os clássicos são textos que serão sempre retomados no sentido de debater sobre a condição da humanidade, sobre a busca do homem pelo conhecimento de si e sobre as relações humanas. (RODRIGUES, 2016, p. 71-72).

Desta maneira, percebemos que os clássicos literários, por sua substancialidade de conteúdo, ou seja, devido ao retrato que fazem da condição humana em toda a sua complexidade, ressoam e são vivificados significativamente ao longo do tempo por aqueles que o leem, numa atemporalidade, “à semelhança dos antigos talismãs” (CALVINO, 1993, p. 13), seja unicamente no âmbito nacional, contendo-se à circulação e propagação dentro de um único país, ou ampliando-se para a seara do universal, dialogando em significação com as obras estrangeiras (ELIOT, 2014)

Assim, por serem obras portadoras de uma profundidade e abrangência sobre a condição humana, que sobrevivem no tempo, que se destacam, que significam e são ressignificadas, sendo lidas e, assim, vivificadas por diversos leitores, podemos conceber os clássicos literários como de suma importância ao ser humano enquanto indivíduo social, coletivo e em processo de humanização.

Após estas breves considerações a respeito dos clássicos literários, objetivamos refletir a respeito da presença destes no contexto escolar, ou seja, refletir sobre os lugares que têm ocupado na Educação Básica.

E se fizéssemos a pergunta: a literatura deve ser ensinada na escola? Por mais que, supostamente, seja uma indagação desafiadora de ser respondida, é exatamente desta forma que Fritzen (2017) inicia seu artigo denominado “O entorno da pergunta: O que significa ensinar literatura? ”, levantando algumas questões em relação a esse tema. Sobre a validade e legitimidade da literatura no currículo educacional, o citado autor nos esclarece que:

[...] há pouco mais de cinquenta anos poucos teriam imaginado levantar essa questão sobre a legitimidade de a literatura ser um objeto do currículo. Sua razão de ser estava amparada por uma tradição milenar que desde a Antiguidade Clássica a dispunha como estratégia para a formação da palavra nos cidadãos [...] foi a constituição dos Estados-nação que a estabeleceu como patrimônio a ser conhecido e lembrado no processo de expansão do sistema de ensino à população dos seus territórios. Voltada à profissionalização da palavra antes, como Retórica, e à constituição da consciência nacional depois, como História Literária, a literatura se mantinha firme como texto hegemônico na aprendizagem da Língua. (FRITZEN, 2017, p. 111).

A partir da perspectiva de Fritzen, percebemos que a importância da literatura é milenar e remonta à Antiguidade Clássica, pois se fundamentava como um elemento formador “da palavra nos cidadãos”, como um “patrimônio a ser conhecido e lembrado”, servindo para a “profissionalização da palavra”, para a “constituição da consciência nacional” e, simultaneamente, para a “aprendizagem da Língua”. Ou seja, Fritzen (2017) está a nos mostrar que o papel da literatura, desde suas origens, está relacionado à formação e à constituição do indivíduo, esboçando a magnitude, ou “hegemonia”, que a literatura detém desde a Antiguidade Clássica.

Se faz interessante perceber que a “função humanizadora” é constantemente atribuída à literatura. A título de ilustração, podemos fazer referência a Antônio Cândido quando nos diz que “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CANDIDO, 1989, p. 117), ou quando a BNCC afirma que a experiência da literatura possui “potencial transformador e humanizador” (BRASIL, 2017). Esta constante atribuição nos leva a constatar que, de fato, a literatura tem determinada importância no processo de formação do indivíduo social.

Poderíamos perguntar, entretanto: de que maneira a literatura tem sido transmitida ao longo do tempo? Qual é o lugar que ela tem ocupado no processo de ensino? Tanto Fritzen (2017) quanto as Orientações curriculares para o novo Ensino Médio (2006) discutem a respeito da forma pela qual a literatura foi (e ainda é) ensinada dentro do âmbito educacional.

De acordo com Fritzen (2017), e as Orientações curriculares para o novo Ensino Médio (2006) se aproximam do que defende o autor, este ensino é consolidado por meio da Historiografia literária – método baseado no estudo da literatura fundamentado na prioridade à cronologia histórica, aos períodos literários e aos autores considerados como mais relevantes, priorizando, em relação à literatura, o caráter informativo em detrimento da experiência do belo.

A prática escolar em relação à leitura literária tem sido a de desconsiderar a leitura propriamente e privilegiar atividades de metaleitura, ou seja, a de estudo do texto (ainda que sua leitura não tenha ocorrido), aspectos da história literária, características de estilo, etc., deixando em segundo plano a leitura do texto literário, substituindo-o por simulacros, [...] ou simplesmente ignorando-o. (BRASIL, 2006, p. 70).

Podemos perceber que este método se faz consonante ao “estudo analítico” abordado por Rouxel (2012) e à perspectiva de Todorov (2012) sobre a abordagem estrutural do estudo literário, colocando a leitura do texto literário em segundo plano no ensino da literatura, de modo a não ocorrer a apreensão do valor estético e o “aproveitamento satisfatório e prazeroso” das obras literárias (BRASIL, 2006, p. 58), quebrando, simultaneamente, a ideia de “leitor-fruidor” defendida pela BNCC (2017).

Este tipo de abordagem de ensino nos leva a supor que, talvez, seja possível ao indivíduo percorrer todo trajeto da Educação Básica tendo apenas o contato informativo em relação às obras literárias, sem conseguir atingir a experiência estética e a fruição que a literatura pode lhe proporcionar.

Além do mais, é de valia constatar que, este método de ensino baseado na Historiografia literária, no Brasil, tem um antecedente longínquo, a denominada “Anthologia nacional”, de Carlos de Laet e Fausto Barreto. Este “manual didático”, segundo Fiorin (1999), sendo publicado pela primeira vez em 1895, teve grande importância na educação brasileira e consistia no ensino da Língua Portuguesa a partir do contato com autores escolhidos e tidos como consagrados.

A escolha dos autores que estariam presentes na “Anthologia nacional”, para Laet e Barreto, de acordo com Osman Lins, em sua obra “Problemas inculturais brasileiros”, se sucedia a partir de uma condição, “[...] aquela sem a qual nenhum autor, por grande que fosse, viria a ser incluído na Antologia, era a de haver merecido a consagração da morte, segundo expressão do próprio Carlos de Laet [...] (LINS, 1977, p. 17). Não obstante, o referido manual didático apresentava em sua organização, primeiramente, os autores contemporâneos da época,

em seguida, retroativamente, os mais antigos – do século XIX até o século XVI (FIORIN, 1999).

Tal forma de ensino, segundo Fritzen (2017, p. 112), fez com que a literatura passasse a ser vista como a portadora “de um falar anacrônico e distante do leitor” – consoante à concepção já mencionada que concebe o clássico como “obra antiga, composta por uma linguagem muito rebuscada, que não condiz com a nossa realidade” (RODRIGUES, 2016, p. 72). Para explicar seu ponto de vista, Fritzen (2017) apresenta como exemplo o excerto do livro “Infância”, de Graciliano Ramos:

Eu não lia direito, mas, arfando penosamente, conseguia mastigar os conceitos sisudos: "A preguiça é a chave da pobreza — Quem não ouve conselhos raras vezes acerta — Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém." Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta. (RAMOS, 2008, p. 109).

Vemos que tal imagem é a de uma literatura que se desencontra com o seu leitor e que para ele não é facilmente inteligível, constituindo “um mal-entendido na comunicação” (FRITZEN, 2017, p. 112). Isto, como podemos constatar, se confirma quando a personagem faz a interpretação incorreta da mesóclise presente em “ter-te-ão”, e compreende a expressão como se fosse o nome de um outro personagem, “Terteão”. Tal erro, supõe-se, se explicaria por falta de conhecimento gramatical da personagem, e, por conseguinte, por falta de contato com o texto literário – o qual possui, quando não traz como característica a coloquialidade, um nível de linguagem que não é empregado nas situações diárias de comunicação.

O “anacronismo” e a “distância”, no exemplo que traz Fritzen (2017), estão explicitados no sentido gramatical, por meio do desconhecimento por parte da personagem sobre a colocação pronominal. Entretanto, podemos refletir e supor que o “anacronismo” e a “distância” também se aplicariam, praticamente, ao sentido semântico do texto literário, ou seja, se tratando das significações possíveis do que está escrito para aquele que realiza a leitura, uma vez que, “a fruição de um texto literário diz respeito à apropriação que dele faz o leitor, concomitante à participação do mesmo leitor na construção dos significados desse mesmo texto” (BRASIL, 2006, p. 59-60).

Nessa perspectiva, a dificuldade apresentada pelo menino Graciliano e apontada por Fritzen (2017), não se limitaria somente à sintaxe ou à morfologia, mas se faz possível também semanticamente, ou seja, por meio do estabelecimento ou não de diálogo da obra literária com a realidade daquele que a lê.

Dessa forma, vemos que a Historiografia literária, enquanto forma por meio da qual a literatura se manteve e ainda é ensinada, baseando-se somente na experiência informativa em relação ao texto literário, lhe delegou uma imagem social – a de um objeto de “difícil compreensão”, fora de tempo e distante da contemporaneidade –, não permitindo ou dificultando a experiência estética, uma vez que, o leitor do texto literário dele não se apropria e a ele não se entrega.

Apesar de os autores e obras tidos como mais relevantes e consagrados para compor os livros didáticos, em decorrência da Historiografia literária, serem concebidos de uma forma negativa, como nos mostra Fritzen (2017) – com sua perspectiva sobre a imagem anacrônica atribuída à literatura – é essencial apontar que eles possuem uma relevância histórica e patrimonial, tal como uma “herança” que a língua e a linguagem neles expressas nos deixam. No texto da BNCC está manifestada essa preocupação, na medida em que o documento expressa que

[...] a tradição literária (também denominada como cânone literário ou clássicos literários) tem importância não só por sua condição de patrimônio, mas também por possibilitar a apreensão do imaginário e das formas de sensibilidade de uma determinada época, de suas formas poéticas e das formas de organização social e cultural do Brasil, sendo ainda hoje capazes de tocar os leitores nas emoções e nos valores. Além disso, tais obras proporcionam o contato com uma linguagem que amplia o repertório linguístico dos jovens e oportuniza novas potencialidades e experimentações de uso da língua, no contato com as ambiguidades da linguagem e seus múltiplos arranjos. (BRASIL, 2017, p. 523).

Sendo assim, compreendemos que é a partir do contato com este “patrimônio estético-literário” que o estudante ampliará a sua consciência a respeito das várias épocas que já se sucederam ao longo da história e, conseqüentemente, poderá tecer reflexões a respeito da realidade que o cerca, num processo imaginativo, sensível, poético, emocional e linguístico. Por isto e considerando também que servem como um instrumento para o indivíduo “compreender-se a si e ao outro no quadro cultural a que pertence” (FRITZEN, 2017, p. 118), entendemos que os clássicos literários devem se manter presentes no contexto escolar, mesmo que apresentem uma linguagem mais erudita e pouco habitual para aquele que com eles toma contato.

Contudo, há uma questão que acaba prejudicando a presença do texto literário, e logo, dos clássicos literários, dentro do contexto escolar. É a já mencionada fragmentação do texto literário nos livros didáticos – os quais são, podemos dizer, um instrumento fundamental ao

professor e ao aluno, no processo educacional –, que resulta não no contato integral dos estudantes com o texto literário, mas parcial.

Como já mencionado anteriormente, a fragmentação dos textos literários no contexto escolar, ocorre justamente, segundo Fritzen (2017) e de acordo com as Orientações curriculares para o novo Ensino Médio (2006), por conta da tradição literária, fundamentada no estudo da Historiografia literária. De maneira que, o conhecimento das obras presentes nos livros didáticos é possibilitado unicamente de maneira informativa e fragmentada, ou seja, a partir de pequenos excertos, comentários, interpretações e bibliografias críticas sobre a obra – semelhante à perspectiva de Martins (2009).

Tal fato impossibilita, ou não permite, que o aluno tenha o contato direto com as obras literárias, fazendo com que ele não alcance, a partir de sua leitura e envolvimento com a obra, aquilo que o texto, em si, tem a lhe dizer. Uma vez que este contato só ocorrerá por meio de intermediários, Calvino (1993, p. 12) alerta que “a escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão”. Ou seja, o ponto da crítica a respeito da fragmentação literária nos livros didáticos, de acordo com os citados autores, está na situação em que o contato com a literatura se resume à superficialidade.

Nesta perspectiva, o contato integral com as obras deixa de ocorrer, se resumindo à mero contato informativo e não contemplador da experiência estética – a qual é compreendida, segundo as Orientações curriculares para o novo Ensino Médio, como “conhecimento, participação, fruição”, que possibilita a “ampliação de horizontes, o questionamento do já dado, o encontro da sensibilidade, a reflexão”, ou seja, “um tipo de conhecimento diferente do científico, já que objetivamente não pode ser medido” (BRASIL, 2006, p. 55).

Paralelamente a este ponto de vista, no qual o indivíduo toma ou não contato com o texto literário e, mais especificamente, com os clássicos literários, seja por meio de livros didáticos ou por contato direto com estas obras, Calvino faz a seguinte observação:

As leituras da juventude podem ser pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência da vida. Podem ser (talvez ao mesmo tempo) formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. (CALVINO, 1993, p. 10).

Esta observação nos faz mirar para o fato de que as leituras, realizadas na juventude do indivíduo, ou seja, durante o período em que ele realiza a fase da Educação Básica, possuem uma grande importância, pois proporcionam “capacitação”, “bagagem” para os desafios que, supostamente, a vida irá proporcionar. Percepção que pode ser justificada com as palavras de Ana Maria Machado (2002), para quem “nas crianças a memória ainda está tão virgem e disponível que as impressões deixadas nela ficam marcadas de forma muito funda”. Assim, a partir desses textos, os dois autores comungam da ideia de que as leituras realizadas na juventude, em certa medida, ficam “impressas” no indivíduo, e “continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude” (CALVINO, 1993, p. 10).

Além da “força”, digamos assim, que os clássicos literários possuem para nos proporcionar uma base, uma preparação inicial para a vida, vale mencionar a capacidade que possuem de nos revelar coisas que, por vezes, nós já sabíamos, porém, não havíamos traduzido e expressado por meio da linguagem. Como nos aponta Calvino:

O clássico não necessariamente nos ensina algo que não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber) mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro [...] os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos. (CALVINO, 1993 p. 12).

De forma a percebermos a veracidade dessa asserção e ressoante às afirmações de Calvino (1993), olhando para a história, veremos o filósofo alemão do século XIX, Arthur Schopenhauer (2012, p. 46), em cujo livro “A arte de escrever”, expressa: “com frequência, escrevi frases que hesitei em apresentar ao público, em função de seu caráter paradoxal, e depois as encontrei, para minha agradável surpresa, expressas literalmente nas obras antigas de grandes homens”. De maneira semelhante, Ana Maria Machado afirma que:

Lendo uma história, de repente descobrimos nela umas pessoas que, de alguma forma, são tão idênticas a nós mesmos, que nos parecem uma espécie de espelho. Como estão, porém, em outro contexto e são fictícias, nos permitem um certo distanciamento e acabam nos ajudando a entender melhor o sentido de nossas próprias experiências. (MACHADO, 2002, p. 20).

A partir dessas proposições, os clássicos literários – que, de alguma maneira, se apresentam constantemente como “novos, inesperados, inéditos” (CALVINO, 1993, p. 12) –, demonstram serem possuidores da capacidade de revelação e tradução de conhecimentos já existentes no indivíduo, o que reforça a ideia da função formativa e humanizadora atribuída à

literatura, isto é, a importância de esta ser lida de modo a ocorrer o alcance da experiência estética e da fruição por aquele que lê.

Assim, a atemporalidade se constitui como uma característica pertencente às obras consideradas como clássicos literários, o que explica como tais obras escritas há milênios, séculos e décadas, ainda são lidas, discutidas e significadas no momento presente. Sobre esta relação entre os clássicos e o momento em que eles são lidos, Calvino nos diz que:

O dia de hoje pode ser banal e mortificante, mas é sempre um ponto em que nos situamos para olhar para a frente ou para trás. Para poder ler os clássicos, temos de definir “de onde” eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal. Assim, o rendimento máximo da leitura dos clássicos advém para aquele que sabe alterná-la com a leitura de atualidades numa sábia dosagem. (CALVINO, 1993, p. 14-15).

Compreendemos, desta maneira, que as significações e os sentidos que uma obra clássica pode trazer, dependem, invariavelmente, da relação desta com o contexto do leitor, isto é, do ponto temporal em que a leitura é realizada. Nas palavras de Calvino (1993, p. 15): “É clássico aquilo que tende a relegar às atualidades à posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo”. Ou seja, um clássico literário se significa por meio do diálogo que estabelece com a realidade que cerca aquele que o lê.

É por conta do panorama levantado até aqui sobre os clássicos literários que, em nossa perspectiva, autores como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, José de Alencar, entre tantos outros, não poderiam deixar de ser objeto de estudo no âmbito escolar. Como grande prova da atemporalidade dos clássicos, temos a obra *Os Bruzundangas*, de Afonso Henriques de Lima Barreto, a qual, sendo escrita em 1917 e tida como um retrato satírico dos tempos da Primeira República, apresenta inúmeras similaridades com o contexto brasileiro político atual.

4 A OBRA DE LIMA BARRETO

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil passava por diversas mudanças políticas e econômicas, incluindo duas situações de grande influência para a história do país, a assinatura da Lei Áurea (1888) e a proclamação da República (1889). Naquela época, predominavam a cafeicultura e a pecuária, que constituíam a denominada “política do café-com-leite”, que se caracterizava pelo fato de o poder político ser ministrado em prol de interesses próprios de determinados grupos – dos cafeicultores e pecuaristas –, em vez de ser em prol dos interesses da população (FARACO, MOURA. 1991).

Além dos fatores sociais mencionados acima, existiam outros se desenvolvendo no Brasil durante esse período de transição, como as revoltas que aconteciam por todo o território nacional (Guerra de Canudos, Revolta da Chibata, Revolta da Vacina, Guerra do Contestado etc.), ganhando destaque no período, ainda, a urbanização de São Paulo e o surgimento de favelas nas grandes cidades.

Os principais autores literários deste período de transição, segundo Faraco e Moura (1991), foram: Euclides da Cunha (1866-1909), que registra literariamente a Guerra de Canudos em seu livro “Os sertões”; Graça Aranha (1868-1931), que se ocupa da imigração de estrangeiros em terras brasileiras, na obra “Canaã”; Monteiro Lobato (1882-1948), que retrata o caboclo como indivíduo prejudicado economicamente por conta de seu contexto geográfico, nas obras de contos “Urupês” e “Cidades mortas”; Valdomiro Silveira (1873-1941), com a obra “Os Caboclos”, e Simões Lopes Neto (1865-1916), com “Contos gauchescos”, escritores de contos que voltaram o olhar para a região Sul do país; e, por fim, Lima Barreto (1881-1922), que critica o nacionalismo e o ufanismo cegos, o preconceito racial e econômico, e os problemas causados pela burocracia do país, respectivamente, nas obras “Triste fim de Policarpo Quaresma”, “Recordações do escrivão Isaias Caminha”, e “Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá”.

Entre os autores do pré-modernismo, Lima é detentor de intensa singularidade, tanto em relação à sua vida quanto à sua obra. Junto de escritores na história brasileira, como Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Cruz e Souza (1861-1898), Luiz Gama (1830-1882) e Machado de Assis (1839-1908), Lima era um entre os autores negros de seu tempo, e um dos poucos que, diante das produções que preservavam os moldes clássicos do Parnasianismo, louvavam a *Belle époque*, priorizando o ornamento da obra em detrimento da denúncia social, não se manteve

estático e buscou romper com o espírito de permanência vigente em sua época (SANTOS, 2016).

Afonso Henriques de Lima Barreto, mais conhecido apenas por “Lima Barreto”, nasceu no Rio de Janeiro no dia 13 de maio de 1881, mesmo dia e mês em que é assinada a Lei Áurea no Brasil, em 1888. Seu pai era um culto tipógrafo e sua mãe professora e diretora de escola. Ambos eram mulatos e descendentes de escravos, assim como o filho.

Lima Barreto, depois do falecimento de sua mãe, em 1887, passa a ser criado pelo pai, e inicia seus estudos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde ingressou em 1897, aos 16 anos, no curso de Engenharia Civil. Não era um aluno exemplar, as ciências exatas lhe eram uma grande dificuldade, mas é nesse período que descobre seu gosto pela escrita, quando passa a escrever no jornal estudantil “A lanterna”.

Aos 21 anos, em 1902, depois de seu pai ter problemas de saúde, ele se torna “arrimo” de família – passando a cuidar de seus três irmãos, sua madrasta, os três filhos desta e seu pai, já doente –, o que lhe obriga a sair do curso de Engenharia civil e prestar concurso público para o cargo na época denominado de “amanuense”, no Ministério da guerra, que seria equivalente, atualmente, ao cargo de escriturário.

Apesar de não ser mais estudante e estar empregado como funcionário público, Lima não deixaria de escrever, seu ofício era, tecnicamente, este: “escrever, copiar e, raras vezes, dar uma última redação a avisos e portarias ministeriais” (SCHWARCZ, 2017, p. 146); função que desempenharia por 14 anos.

Por conta de seu serviço não apresentar situações inusitadas ou grande exigência de esforços, Lima gastava pouco de sua energia como funcionário público, o que fez com que ele dedicasse muito de seu tempo à literatura, tanto no trabalho, escrevendo “contos, crônicas e até trechos de futuros romances nos versos ou nos alçaços marcados com o timbre da Secretaria da Guerra”, quanto fora dele, publicando em jornais e revistas, e participando de círculos literários e boêmios nos cafés do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2017, p. 146).

A importância que Lima Barreto atribuiu à literatura durante sua vida pode ser expressa por meio deste excerto de seu texto “O destino da literatura”, que seria uma conferência a qual ele nunca chegou a proferir:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro meio qualquer de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste humanidade. (Barreto, 1921, p. 10).

Gradativamente, e com dificuldades de ser reconhecido como escritor, por ter seu estilo caracterizado como “coloquial” e simplório, Lima Barreto começa a escrever e publicar suas obras. Posteriormente, em relação ao ofício literário, o autor chega a afirmar em sua obra autobiográfica denominada “Diário do hospício”: “ah! A literatura ou me mata ou me dá o que peço dela” (SCHWARCZ, 2017, p. 288). Ao todo o autor possui dezessete obras publicadas, sendo algumas delas póstumas. Sua produção literária se divide nos gêneros textuais: romance, sátira, conto, artigo, crônica, diário, crítica literária e correspondência.

A escrita do autor carioca é fundamentada numa intensa criticidade em relação aos aspectos sociais e políticos de sua época. Na obra do autor, os marginalizados, como os descendentes de escravos, os pobres e os não reconhecidos socialmente, de forma geral, serão retratados e terão voz. A criticidade de Lima se direcionou fortemente, em sua obra, ao racismo, preconceito cujos efeitos ele sentiu “na pele” ao longo de toda a sua vida.

Afrodescendente por origem, opção e forma literária, Lima Barreto combateu todas as formas de racismo [...] e desenhou seus personagens com particular ternura. Eles eram diferentes daqueles que o público estava habituado a encontrar nos romances que faziam sucesso então [...] Era no vagão de segunda classe, frequentado cotidianamente, que ele tinha a oportunidade de observar melhor a realidade dos “humildes” e “infelizes”, e achava fermento para seus grandes personagens: modinheiros, donas de casa, mocinhas sonhadoras, funcionários públicos, boêmios simpáticos, andarilhos filósofos, donos de bar tagarela, trabalhadores que encontravam emprego no centro da cidade. (SCHWARCZ, 2017, p. 10).

O não reconhecimento de suas obras, suas frustrações em relação ao seu trabalho e ao seu entorno, sua tentativa constante de entrar para a Academia Brasileira de Letras que por três vezes fracassou, e a dificuldade que possuía em publicar suas obras, contribuíram para o vício do alcoolismo, o qual o fez ser internado por duas vezes no Hospício Nacional, a primeira em 1914 e a segunda em 1919, local que antigamente recebia alcólatras como pacientes (SCHWARCZ, 2017).

Lima Barreto, já doente e aposentado por invalidez, faleceu vítima de ataque cardíaco, no dia 1º de novembro de 1922, na cidade do Rio de Janeiro. Sua morte aconteceu no mesmo ano em que ocorreu a Semana de Arte Moderna, evento que inaugurou o modernismo na literatura brasileira. A vida e a obra de Lima Barreto, nas palavras de Schwarcz (2017, p. 19):

Representam, portanto, um convite e um aceno. Lima nos incita a transgredir a fronteira do passado, atuando como um guia inesperado. Um timoneiro que não abre mão de incluir em sua obra suas batalhas, idiossincrasias, brincadeiras, afetos e broncas. Um narrador que nunca se apaga diante do que acredita ser seu e de direito.

Ele brigou, insurgiu-se, apoiou, vetou, enfim, fez todo o barulho que podia para que a república se tornasse um *res publica*: o governo de todos para todos, e por todos.

A obra que Lima Barreto construiu e nos deixou é considerada como uma literatura militante, que se opunha aos padrões estabelecidos dentro dos meios literário, jornalístico e político, e que confrontou nestes âmbitos o *status quo* vigente, dando ao seu autor o título de crítico audaz da Primeira República e de defensor por excelência dos marginalizados socialmente (SCHWARCZ, 2017). Desta maneira, o autor carioca se fez, com sua vida e sua obra, de grande valor para a literatura brasileira, tanto no auxílio para a problematização do passado quanto na ajuda para o entendimento dos tempos presentes.

5 OS BRUZUNDANGAS: UMA SÁTIRA À CLASSE POLÍTICA BRASILEIRA

A obra *Os Bruzundangas* começou a ser escrita em 1917, consistindo na compilação de artigos satíricos que se destinavam à revista carioca “A.B.C.”, artigos estes nos quais Lima tratava de questões sérias, porém, em tom de piada (SCWARHCZ, 2017). Sendo publicada de modo completo somente após a morte de seu autor, em 1922. Tal obra é composta por vinte e dois capítulos e consiste, narrativamente, na descrição da “República dos Estados Unidos da Bruzundanga”, nomenclatura alusiva ao primeiro nome do Brasil como um país republicano, “Republica dos Estados Unidos do Brasil”.

A narrativa pode ser considerada como um diário de viagem, pois é realizada por um viajante brasileiro que esteve na Bruzundanga e que por lá ficou durante determinado tempo – de modo semelhante à narrativa do romance “As viagens de Gulliver”, do autor irlandês, Jonathan Swift, que estava nas estantes da biblioteca de Lima Barreto (SCHWARCZ, 2017).

Na descrição que o viajante faz, diversos setores e elementos desse país fictício são descritos, como: a nobreza, a política e os políticos, as riquezas, o ensino, a diplomacia, a Constituição, o presidente, as forças armadas, os ministros e ministérios, os heróis, a sociedade, as eleições, a literatura e a religião.

Por certo, o título da obra, *Os Bruzundangas*, pode ser considerado estranho, ou até mesmo sem sentido, numa primeira leitura. Há, possivelmente, quem irá perguntar, ao ouvi-lo sendo pronunciado: o quê? Qual é o nome do livro? Desta maneira, torna-se necessário elucidar aqui a escolha de Lima Barreto por este título.

Segundo um dos biógrafos do autor, Francisco de Assis Barbosa (2002), o título se origina da palavra “bruzundanga”, que é derivada de “burundanga”, que seria uma variação da palavra em espanhol “morondanga”, que significa, numa tradução para o português, “palavreado confuso” ou “incompreensível”. Nas palavras de Barbosa (2002, p. 10), “na acepção lima-barretiana, a República dos Bruzundangas seria, por conseguinte, o país das trapalhadas, ou o ‘país das encrencas’”.

O título da obra e a compreensão de seu sentido etimológico nos auxiliam a entender a sua proposta e tema. Segundo Valentim Faccioli (2001), *Os Bruzundangas* constitui-se como uma sátira e retrato do Brasil nos tempos da Primeira República (século XX). Nas palavras dos autores Florêncio, Santos e Leite (2020, p. 1) a obra:

Apresenta as mazelas de um país fictício, em que problemas e crimes como nepotismo, corrupção, racismo e exploração (dos bens naturais ou de outros seres humanos) são práticas comuns em uma sociedade sem ética, embebida na mediocridade e no conformismo, que em nada contribui para o desenvolvimento de sua terra.

Conforme observamos, Lima Barreto, num exercício de neologismo, escolheu com maestria, precisão e inteligência o título de sua obra, expressando, assim, a sua percepção pessoal em relação ao momento do Brasil no período da Primeira República.

Ademais, a relevância de tal obra é destacável quando Alfredo Bosi (1994, p. 323), reconhecido crítico da literatura brasileira, aponta que o livro *Os Bruzundangas* é uma obra de “amplo espectro” e “satírica por excelência”, sendo detentora de intenso teor ideológico e prova de que Lima Barreto “sabia transcender as próprias frustrações e se encaminhar para uma crítica objetiva das estruturas que definiam a sociedade brasileira” de seu tempo.

O termo “sátira”, vale destacar, deriva do latim “satira” e denota lexicalmente uma “composição literária mordaz, originariamente em versos, que censura ou ridiculariza defeitos ou vícios de uma época ou de uma pessoa” (MICHAELIS, 2008, p. 781). A sua origem também remete ao personagem “sátiro” da mitologia grega, que se constituía como metade homem e metade bode, ou seja, como possuidor de “uma característica transgênica, uma mistura”, sendo considerado como uma divindade brincalhona, “guerreira, ajudante e companheira do Deus Dionísio” (SILVA, 2014, p. 49).

Além destas duas denotações pertencentes ao termo “sátira”, ele também pode ser definido, no campo da literatura, como a maneira pela qual o escritor é possibilitado a manifestar a sua insatisfação em relação a realidade que ele reprova; e isto, por meio do ataque, da ridicularização, da demonstração do inconveniente e da provocação do riso (SANTOS, 2016).

Quando o satirista se põe a combater tudo aquilo que não julga aceitável, decide colocar o objeto reprovado em exposição: tirando-lhe todo o valor positivo e elogioso, mostra-o de forma desprezível para reduzir a cinzas qualquer imagem de possível aprovação. Logo, este objeto se torna ridículo, sem estima e desvalorizado perante o público leitor e, por meio do destaque do ridículo apresentado, o autor combatente cumpre o fim do ataque: destruir a característica reprovável deste objeto que lhe causou repulsa. (SANTOS, 2016, p. 58).

Este artifício literário, nas palavras de Santos (2016, p. 65), “nos desperta diante dos problemas sociais, por meio do esclarecimento, ampliando a nossa consciência”, e está historicamente relacionado e direcionado à política, conforme nos aponta Hodgart (1969, apud

SANTOS, 2016, p. 51): “[...] la mayor parte de los grandes satíricos han estado, em efecto, profundamente interessados em la política, y muchos de ellos se han manifestado contra el gobierno establecido em sus respectivos países”². Tema que, de acordo com Schwarcz (2017) era um dos diletos de Lima.

É interessante perceber que, durante o pré-modernismo, muitos foram os autores considerados como “satíricos”, como é o caso de Juó Bananére, Moacir Piza, Ivan Subiroff, Monteiro Lobato, entre outros. Suas atividades ocorriam, quando não em obras publicadas, “nos semanários, nas revistas e na grande imprensa” (SANTOS, 2016, p. 52). Lima Barreto era um deles, e chegou a afirmar em um de seus artigos: “a troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que a pudermos empregar é bom e útil. [...] O ridículo mata e mata sem sangue” (BARRETO, 2016, p. 13).

O autor carioca, por meio da comicidade presente em sua postura satírica enquanto escritor, ridicularizando, caçoando e zombando, denunciou em sua obra aspectos como: a falta de competência dos políticos influentes da República, a falta de progresso industrial no interior do país, a postura acomodada das letras nacionais, as mazelas dos mais humildes, o racismo, o elitismo, o estrangeirismo; ou seja, de maneira geral, a instabilidade do Brasil enquanto nação repleta de potencial (SANTOS, 2016).

É, especialmente, com sua obra *Os Bruzundangas*, pungente em sua criticidade em relação às estruturas da sociedade brasileira da Primeira República, que Lima demonstrou ser detentor de um olhar capaz de capturar elementos essenciais da estrutura social brasileira – atacando, ridicularizando, mostrando os inconvenientes do Brasil de seu tempo, e provocando o riso. E tal proposição se faz verificável ao dirigirmos o olhar, por meio de uma leitura interpretativa, às similaridades existentes entre os aspectos políticos encontrados na sociedade de *Os Bruzundangas*, como retrato do Brasil no século XX e os aspectos políticos presentes na atual sociedade brasileira do início deste século XXI.

A referida similaridade poderia ser constatada, talvez, em toda a obra, entretanto, neste trabalho, estabelecemos apenas quatro diálogos existentes entre *Os Bruzundangas* e os aspectos políticos da atual sociedade brasileira do início deste século XXI, para cada um deles deu-se as respectivas nomenclaturas e ordem de abordagem: *A escolha de ministros, a nobreza doutoral, o apoio religioso, nepotismo.*

² A maior parte dos grandes satíricos estiveram, em efeito, profundamente interessados na política, e muitos deles se manifestaram contra o governo estabelecido em seus respectivos países.

5.1 A ESCOLHA DE MINISTROS

O nono capítulo, “A Constituição”, apresenta o narrador da obra realizando a descrição de como se formou a constituinte da “República dos Estados Unidos da Bruzundanga”, isto é, detalhando o grupo de pessoas incumbidos de elaborar a Constituição deste país fictício. Este grupo, segundo o narrador, é constituído por: “jovens poetas”, “tenentes de artilharia”, “velhos possuidores de escravos”, “bisonhos jornalistas” do campo e da cidade, e “entusiastas dos caudilhos das repúblicas espanholas da América” (BARRETO, 2021, p. 63 e 64).

Nesta constituinte, uma das primeiras indagações que seus integrantes fazem é: “Qual a Constituição que devemos imitar?” (BARRETO, 2021, p. 64). O consenso geral a que se chega é o de imitar a Constituição de “Brobdingnag”, o país dos gigantes – em referência direta ao livro “As viagens de Gulliver”, de Jonathan Swift. Nas palavras do viajante e narrador, tal “população da Bruzundanga, tirante um tributo ou outro, não era composta por pessoas diferentes do Doutor Gulliver; eram minúsculos bonecos, portanto, que queriam possuir uma Constituição de gigantes” (BARRETO, 2021, p. 65) – o que nos faz perceber a comicidade da sátira de Lima Barreto, especificamente, na contraposição entre as ideias de “minúsculo” e “gigante”, a qual nos faz perceber a intenção, por parte dos bruzundanguenses, de serem maiores do que de fato são.

Entretanto, “já no plenário, a imitação foi modificada”, fazendo com que tal Constituição se fizesse como possuidora de “disposições originais” (BARRETO, 2021, p. 65). Uma destas disposições faz menção ao critério exigido para a escolha de ministros na “República dos Estados Unidos da Bruzundanga”:

[...] A exigência principal para ser ministro era a de que o candidato não entendesse nada das coisas da pasta que ia gerir. Por exemplo, um ministro da Agricultura não devia entender coisa alguma de agronomia. O que exigia dele é que fosse um bom especulador, um agiota, um judeu, sabendo organizar *trusts* (relações de confiança), monopólios, estancos, etc. (BARRETO, 2021, p. 65).

Na Constituição do país de *Os Bruzundangas*, como é possível de observar no excerto acima, não há absolutamente critérios para a escolha de ministros, ou seja, não há rigor e nem exigência de competências na escolha dos indivíduos que cumprem o papel de auxiliares diretos do mandatário de uma nação, podendo um indivíduo ser nomeado como ministro não entendendo absolutamente nada sobre a área que irá administrar. Esta ausência de critérios é

comicamente reforçada no capítulo “Notas soltas”, no texto intitulado “No gabinete do ministro”:

- O senhor quer ser diretor do Serviço Geológico da Bruzundanga? –
- Pergunta o ministro.
- Quero, excelência.
- Onde estudou Geologia?
- Nunca estudei, mas sei o que é vulcão.
- Que é?
- Chama-se vulcão a montanha que, de uma abertura, em geral no cimo, jorra turbilhões de fogo e substâncias em fusão.
- Bem. O senhor está nomeado. (BARRETO, 2021, p. 140).

Ao considerarmos o contexto político atual do Brasil neste início de século XXI, parecemos que a prática criticada por Lima Barreto ainda vigora. É o que se pode constatar quando nos deparamos com a formação do ministério do governo atual.

Se voltarmos o olhar com atenção para a formação ministerial do atual governo, veremos que alguns dos ministros que a compõem não foram (para os que não ocupam mais o cargo) ou não são (para os que ainda ocupam), detentores de um currículo adequado, isto é, possuidores de uma formação correspondente, tecnicamente, às competências necessárias para exercer os trabalhos no ministério assumido.

Dentre estes ministros podemos citar os seguintes nomes: o ex-ministro da Educação, Abraham Wentraub, possuidor de formação em Ciência Econômicas pela USP, – e não no âmbito docente ou educacional –; o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, general do exército, – sem qualquer tipo de formação ou especialização na área da saúde –; e o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Aquino Salles, formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, – formação sem associação com a área ambiental ou de ciências biológicas.

Se, hipoteticamente, considerarmos que dentre as áreas administrativas de um país existam aquelas de maior magnitude e que exigem maior responsabilidade, poderíamos supor que no Brasil, educação, saúde e meio ambiente estão entre elas. Logo, também poderíamos supor que, para a ocupação dos ministérios relativos a essas áreas possuir competência técnica seria imprescindível.

Nesta perspectiva, o narrador de *Os Bruzundangas*, ao criticar a forma como ocorre a escolha de ministros, nos faz perceber que há sim um critério de escolha em relação aos ministros, porém, este critério não se pauta na habilidade técnica em relação ao cargo que será ocupado – o que, em termos práticos, seria o mais lógico: atribuição de determinada função

para pessoas que possuem competência para tal –, mas sim, na “habilidade política” daquele que ocupará o cargo, sendo necessário que tal indivíduo seja “um bom especulador, um agiota, um judeu, sabendo organizar *trusts*, monopólios, estancos, etc” (BARRETO, 2021, p. 66).

Desta maneira, a Constituição da “República dos Estados Unidos da Bruzundanga” nos mostra que, tanto nos tempos da Primeira República, quanto na política deste início de século XXI, os critérios para a escolha de ministros nos fazem refletir e aparentemente vão além da mera perspectiva técnica e prática.

5.2 A NOBREZA DOUTORAL

O sétimo capítulo, intitulado “O ensino na Bruzundanga”, nos apresenta detalhadamente como ocorre o ensino nas escolas deste país fictício, consistindo numa crítica sobre a qualidade da formação de seus estudantes.

Tal qual nos dias de hoje, na Bruzundanga só ingressam nos cursos superiores aqueles que prestam os “exames preliminares” (BARRETO, 2021, p. 53), os quais equivaleriam ao atual vestibular.

Neste capítulo, o narrador denuncia o fato de que os estudantes da Bruzundanga, para serem aprovados nestes “exames preliminares” e dos quais “eles têm medo”, utilizam-se das influências políticas, sociais e econômicas de suas famílias, de tal maneira que estas alcançam o êxito em: “desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam somar frações, outros em francês sem que possam traduzir o mais fácil autor” (BARRETO, 2021, p. 53). E isto, mesmo se o estudante não apresentar as competências suficientes e exigidas.

Na Bruzundanga, estes estudantes “com tais manobras, conseguem sair da alhada [situação difícil] e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de ‘doutor’” (BARRETO, 2021, p. 53).

Ao refletirmos sobre esse aspecto trazido pela narrativa de *Os Bruzundangas*, podemos vislumbrar que certos acontecimentos em nossa política brasileira neste início de século XXI são paralelos em relação à forma pela qual se sucede a Educação na Bruzundanga, isto é, de maneira trapaceira e ilegítima.

O atual governo do Brasil, desde seu início em 2019, teve diversos ministros nas várias áreas administrativas, ou seja, houve uma troca intensa de nomes para a ocupação dos cargos ministeriais. Vale ressaltar que esta é uma ocorrência comum quando há a troca do presidente da República, porém, segundo o jornal digital “Poder 360” (2021), o governo Bolsonaro é o terceiro, entre todos os anteriores, que mais trocou de ministros.

Entretanto, o que chama a atenção e aqui nos interessa é o fato de que alguns desses ministros não mostraram ser realmente detentores dos títulos acadêmicos que diziam possuir em seus currículos profissionais. Nessa situação, podemos citar três ministros: o ex-ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli; a atual ministra do ministério Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves; e o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Aquino Salles.

Os três ministros referendados tiveram problemas com a validação das informações apresentadas em seus currículos. Isto é, as informações que lá constavam não eram de todo verdadeiras. Vejamos de que maneira isto se deu em cada caso.

O primeiro, Carlos Alberto Decotelli, apresentava em seu currículo o título de doutor, obtido na Universidade Nacional de Rosário, na Argentina. Entretanto, segundo os jornais “Vol” (2020) e “Exame” (2019), acabou tendo o seu título “desmentido” pelo reitor de tal universidade, Franco Bortolacci. Não obstante, segundo o jornal “Exame” (2019), a Universidade de Wuppertal, situada na Alemanha, de igual modo, desmentiu o título de pós-doutorado apresentado no currículo Lattes de Decotelli. E, como se não bastasse, o ex-ministro também foi acusado de plágio em uma dissertação de mestrado apresentada à Fundação Getúlio Vargas.

A segunda, Damares Alves, em seus discursos, segundo o jornal “Exame” (2019) e “Vol” (2020), se auto intitulou como advogada e mestra em educação. Afirmções que, posteriormente, numa entrevista ao jornal Folha de São Paulo (2019), foram invalidadas pela própria ministra e tidas como mal interpretadas. Segundo o jornal “Exame” (2019), Damares disse que suas afirmações partiam de uma perspectiva religiosa, na qual, nas palavras da ministra: “é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico”.

O terceiro, Ricardo Salles, passou por situação semelhante à dos dois ministros anteriores, quando em 2019, segundo o jornal “Vol” (2020), a agência de notícias “*Intercept Brasil*” revelou que o ex-ministro nunca havia estudado na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e que não houvera obtido o título de mestre nesta mesma instituição.

Percebemos que, de fato, existem incongruências e inverdades nos currículos dos ministros citados. Considerando isto, a indagação que se faz interessante realizar é: porque tais ministros mentiriam no currículo? Quais seriam os benefícios de tal ato para eles?

Notamos que, o fato de constarem mentiras nos currículos dos ministros não se iguala, exatamente, ao que acontece em *Os Bruzundangas*, isto é, a ocorrência do ingresso no curso superior ocasionado por conta da influência familiar, social ou política.

Entretanto, quando tais títulos se mostram como não obtidos de maneira justa, ou seja, ilegítimos na obtenção, temos um paralelo em relação ao que se sucede na “República dos Estados Unidos da Bruzundanga”. Na obra de Lima Barreto, os títulos acadêmicos, além de capacitarem aqueles que os obtêm para determinada profissão – os cursos superiores existentes na época da Primeira República eram: medicina, engenharia e direito –, são tidos como uma forma de ganhar prestígio e credibilidade na sociedade, como podemos constatar neste excerto da obra: “O ensino superior fascina todos na Bruzundanga. Os seus títulos, como sabeis, dão tantos privilégios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para ele” (BARRETO, 2021, 54).

Percebemos, assim, tal como se sucede na Bruzundanga, ou seja, como se sucedia nos tempos da Primeira República, que ainda hoje existe determinado “fascínio” em torno dos títulos acadêmicos, fazendo com que alguns cheguem a mentir em seus currículos declarando serem detentores de titulações acadêmicas que não possuem de fato.

Vale acrescentar que, de maneira mais direta que a tal questão em relação às incongruências dos currículos apresentados pelos ministros do atual governo, e neste caso sim, há uma exatidão relativamente ao que se sucede na Bruzundanga, apesar de não dizer respeito à obtenção de títulos acadêmicos, propriamente, temos o ingresso da filha do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, no Colégio Militar de Brasília sem submissão ao processo seletivo obrigatório.

Segundo o noticiário virtual G1 (2021), o então presidente realizou o pedido para o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira – indicado pelo próprio presidente –, solicitando que a filha, Laura Bolsonaro, ingressasse na escola sem passar pelo necessário processo seletivo, o qual é concorrido anualmente por aproximadamente vinte e dois mil candidatos, entre civis e militares. O pedido, de acordo com o G1 (2021) foi deferido pelo general, que considerou o fato como “solicitação de matrícula em caráter excepcional”.

Ou seja, tal qual se sucede na Bruzundanga, Laura Bolsonaro, com o auxílio da influência política de seu pai, obteve êxito no ingresso ao Colégio Militar de Brasília, no qual estudará no ano letivo de 2022, de acordo com o noticiário G1 (2021).

5.3 O APOIO RELIGIOSO

No décimo capítulo, “Um Mandachuva”, somos esclarecidos sobre a origem, o caráter e a forma como o presidente da Bruzundanga – ironicamente denominado no país fictício como “Mandachuva” – se inseriu no meio político alcançando tão alto cargo.

Dentre as características descritas sobre o “Mandachuva”, “cuja única habilidade se resume em contar anedotas”, sendo dos “mais néscios”, dos mais “medíocres” entre os candidatos a tal cargo e detentor de uma “primitiva estrutura mental” (BARRETO, 2021, p. 69-70). Vale destacar, ainda, a sua relação com a religião:

À proporção que sobe, mostra-se mais carola [devoto religioso]: não falta à missa, aos sermões, comunga, confessa-se, e os padres e irmãs de caridade têm-no já por aliado. Ah! Quem o visse contar certas anedotas sobre padres, jogando o “truque” (jogo de cartas) nos fundos da botica de sua terra!... História antiga! O homem, hoje, é sinceramente católico, e tanto assim que acompanha procissões de opa e balandrau. (BARRETO, 2021, p. 71).

Como é verificável, o “Mandachuva” é possuidor de forte relação com a religião e os religiosos da Bruzundanga, os têm como aliados em sua carreira política:

Os padres, que são seus aliados, não o abandonam; e nos bastidores, por intermédio das mulheres dos políticos, insinuam-lhe o nome para o alto cargo de Mandachuva. Ei-lo eleito, toma posse do cargo e do alcatifado palácio que a nação lhe dá de residência [...] (é) o Messias anunciado para salvar a Bruzundanga. (BARRETO, 2021, p. 70-72).

É realizada referência direta ao catolicismo como religião nestes excertos de *Os Bruzundangas*, sendo possível estabelecer uma relação entre o “Mandachuva” e o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Pois, em 2018, quando ocorriam as eleições para a presidência do Brasil, o então candidato, para se eleger, recebeu auxílio político da denominada “bancada evangélica” (OLIVEIRA, 2020).

Vale esclarecer que o termo “bancada evangélica”, segundo Lopes (2017, p. 61), “é utilizado para designar, de forma genérica, o conjunto dos representantes evangélicos no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados”.

Observemos que a campanha política de 2018, realizada pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, segundo Queiroz (2020), fundamentou-se da seguinte forma:

Na bandeira da crença em Deus, no resgate da família e da moral cristã e, como resultado disso, na prosperidade da Nação Brasileira. Para isso contou com o apoio de influentes líderes evangélicos como o Pastor Edir Macedo fundador e líder máximo da Igreja Universal do Reino de Deus; Pastor Josué Valandro Junior, fundador da Igreja Batista Atitude do Rio de Janeiro; Bispo Robson Lemos Rodovalho fundador da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra; Pastor Marco Antônio Feliciano da Catedral do Avivamento; Pastor Silas Lima Malafaia, líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. (QUEIROZ, 2020, p. 12).

Na busca de maior entendimento sobre a realização de apoio político pela bancada evangélica ou, de modo geral, pelos religiosos, ao atual presidente do Brasil, Lopes (2017) nos aponta as suas causas, ou, em outros termos, os seus porquês. Segundo o autor,

Dentre as motivações que levaram ao apoio evangélico à candidatura de Jair Bolsonaro, distinguimos as de cunho objetivo e as de cunho subjetivo. Dentre as razões objetivas, elencamos o antipetismo, o declínio do PSDB, a inviabilidade política de Marina Silva e a ascensão das novas direitas [...] no outro campo, dentre as motivações de caráter subjetivo elencamos o messianismo evangélico e a Teologia do Domínio. (LOPES, 2017, p. 3-7).

A partir das exposições acima, é notável que o auxílio dos religiosos em *Os Bruzundangas*, àquele que será o futuro “Mandachuva” da nação, se apresenta como acontecimento que dialoga com a eleição do então presidente, Jair Bolsonaro. Pois, tanto o “Mandachuva” quanto o nosso atual presidente tiveram “seus aliados” religiosos lhes incentivando “ao alto cargo” (BARRETO, 2021, p. 70). Tal proximidade nos faz constatar que a relação entre religião e política ainda perdura e é histórica no país, considerando *Os Bruzundangas* como retrato dos tempos da Primeira República.

5.4 NEPOTISMO

Por fim, no vigésimo terceiro capítulo, que recebe o título “Notas soltas”, temos o narrador da obra discorrendo sobre vários aspectos da “República dos Estados Unidos da Bruzundanga”. Dentre estes aspectos, está o que diz respeito à ocorrência de nepotismo, que, por definição lexical e segundo o dicionário online Dicio (2021), consiste na “prática de atribuição de cargos políticos ou funções públicas a membros da própria família”. Tal prática é apresentada na obra no seguinte excerto:

Lá, na Bruzundanga, os Mandachuvras, quando são eleitos, e empossados, tratam logo de colocar em bons lugares os de sua clientela. Fazem reformas, inventam repartições, para executarem esse seu alto fim político [...] sendo assim, lugares em que se pode enriquecer, não faltam doutores da roça que os queiram e empreguem todas as armas para obtê-los. Eles mal conhecem a cidade [...] de forma que ignoram as necessidades, os defeitos a corrigir, a sua história, a sua economia e as queixas de sua população. (BARRETO, 2021, p. 132-133).

O nepotismo na obra de Lima, como podemos perceber, é expressado como “colocar em bom lugar os de sua clientela”, sendo realizado pelo “Mandachuva” da Bruzundanga, isto é, pelo presidente do país.

O texto de *Os Bruzundangas* estabelece uma relação entre dois conceitos: “nepotismo” e “clientelismo”. Na obra em questão, seus sentidos se mesclam, apesar de, num primeiro momento e lexicalmente, apresentarem-se como distintos. Uma vez que “clientelismo” – palavra remetida do trecho “colocar em bom lugar os de sua clientela” –, de acordo com o dicionário online Dicio (2021), significa “prática eleitoreira de certos políticos que consiste em privilegiar uma clientela em troca de seus votos”. Ou seja, lexicalmente, o nepotismo está relacionado à atribuição de cargos e o clientelismo à troca de votos.

Entretanto, considerando a proximidade entre os dois conceitos, é relevante esclarecer o que seja o clientelismo por meio do olhar do sociólogo José de Souza Martins. Para o citado estudioso:

As indicações sugerem que o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres [...] no fim das contas, esses mecanismos não eram apenas os complicados

mecanismos do poder numa sociedade sem representação política. Eram também os complicados e tortuosos mecanismos da acumulação da riqueza. (MARTINS, 1994, p. 29-30).

Neste sentido, podemos tomar a sentença “colocar em bons lugares os de sua clientela”, como relacionada tanto ao clientelismo quanto ao nepotismo, uma vez que este último se faz, a partir da leitura sociológica de Martins (1994), como uma expressão do primeiro.

É factual que o nepotismo no Brasil é uma atividade inconstitucional. Como podemos constatar no art. 37, presente na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, p. 36): “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Entretanto, ao olharmos para a política brasileira neste início de século XXI, veremos que a inconstitucionalidade de tal ato não parece clara para alguns. De acordo com a revista “Carta Capital” (2021) e o jornal “Estado de Minas” (2021), a atribuição de cargos a familiares por políticos, o que efetivaria a ocorrência do nepotismo, foi defendida pelo líder do atual governo do Brasil na câmara de deputados, Ricardo Barros, quando este proferiu que “o poder público poderia estar mais bem servido, eventualmente, com um parente qualificado do que com um não parente desqualificado”.

Constatamos que o nepotismo, propriamente nesta situação, envolvendo Ricardo Barros, não ocorre, o que se sucede é a defesa de tal ato por meio de uma argumentação munida de “certa lógica”, ou seja, de uma tentativa de justificá-lo, legitimá-lo, e, por conseguinte, podemos inferir, de praticá-lo.

Indo por esta via, ainda segundo a revista “Carta capital” (2021), o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, criticou a proibição constitucional da realização do nepotismo, quando em 2019 tentou nomear seu filho, Eduardo Bolsonaro, então deputado federal, ao cargo de Embaixador do Brasil nos EUA. A nomeação não ocorreu, de fato e em vez do filho, a pessoa escolhida pelo então presidente para ocupar o cargo foi o diplomata Nestor Forster.

Apesar de Eduardo Bolsonaro não ter ocupado o cargo de embaixador dos EUA por meio da indicação de seu pai, não está invalidada a tentativa inescrupulosa, que só não se concretizou pela repercussão negativa que teve na mídia. Ainda que não tenha ocorrido o nepotismo e, por extensão uma situação contrária à Constituição brasileira, a tentativa e a defesa dessa inconstitucionalidade pela presidência da república nos permitem evidenciar a proximidade com o que acontecia na “República dos Estados Unidos da Bruzundanga”.

O que podemos constatar – a partir deste excerto de *Os Bruzundagas*, que nos mostra a ocorrência de nepotismo por parte do “Mandachuva” da nação – é que, de alguma maneira, desde os tempos da Primeira República até os dias atuais, perdura no Brasil o impulso de “colocar em bons lugares os de sua clientela” (BARRETO, 2021, p. 132) e de quebrar com os princípios constitucionais da “legalidade, impessoalidade e moralidade” (BRASIL, 1988, p. 36). De tal maneira, torna-se legítimo concordarmos com Lilia Schwarcz (2017) quando ela adjetiva Lima Barreto como “visionário”, ou seja, como alguém que, por meio de seu olhar, conseguiu enxergar além de seu tempo.

6 CONCLUSÃO

Objetivamos com este trabalho problematizar a importância da leitura dos clássicos literários no contexto escolar, defendendo a permanência e inclusão destes na Educação básica como instrumentos que possibilitam a reflexão e a compreensão sobre o contexto político brasileiro neste início de século XXI. Neste sentido, o estudo procurou demonstrar a relevância dos clássicos elaborando um diálogo com a obra *Os Bruzundangas*, do autor Lima Barreto, evidenciando o quão interessante e importante se faz a permanência e inclusão de obras como esta no contexto escolar, uma vez que elas permitem estabelecer relações entre aspectos do passado e do presente brasileiro, fornecendo a possibilidade para que os alunos reflitam sobre o contexto atual ancorados em conhecimentos do nosso passado histórico.

Por este viés, é possível apontarmos o autor Afonso Henriques de Lima Barreto, por meio de sua obra intitulada *Os Bruzundangas*, como uma importante opção de leitura para a Educação Básica. Constituindo-se como um clássico literário, a obra demonstra potencial para: a) promover o contato “com determinado patrimônio estético-literário”, mais precisamente, com o estilo literário característico de Lima Barreto, e com o retrato que o autor concretiza sobre o Brasil no período da Primeira República (FRITZEN, 2017); b) possibilitar ao leitor a compreensão sobre si mesmo, e simultaneamente, sobre o quadro cultural a que pertence, isto é, sobre sua realidade, traduzindo-a e revelando-a (CALVINO, 1993; FRITZEN, 2017; MACHADO, 2002; SCHOPENHAUER, 2012); c) permitir a “apreensão do imaginário e das formas de sensibilidade de uma determinada época, de suas formas poéticas e das formas de organização social e cultural do Brasil”, se provando como capaz de tocar o leitor nos valores e emocionalmente (BRASIL, 2017, p. 523); d) ser detentora do reconhecimento da crítica literária brasileira, sendo considerado como uma obra de “amplo espectro” e uma crítica às estruturas sociais brasileiras (BOSI, 1994, p323); e) fornecer uma capacitação e uma bagagem ao jovem leitor para os desafios que a vida lhe apresentará, pois concede “forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores” e “paradigmas de beleza” (CALVINO, 1993, p. 10); f), além de estabelecer, enquanto leitura literária, uma relação com a atualidade, isto é, significação e sentidos possíveis no diálogo com a contemporaneidade (CALVINO, 1993), de tal forma a romper com a ideia de anacronismo atribuída à literatura (FRITZEN, 2017), se mostrando próxima e reveladora da estrutura social e política brasileira.

Sendo assim, em nosso entendimento, a escolha da obra *Os Bruzundangas* – que em síntese é um retrato satírico do Brasil no período da Primeira República e, mais especificamente, um quadro das mazelas políticas daquele tempo –, se justifica, principalmente, por conta da relação que ela estabelece com a atualidade, isto é, devido às significações que ela nos permite fazer sobre nossa contemporaneidade na realização de sua leitura. Logo, supõe-se que tal obra comprova o seu valor, isto é, a sua relevância enquanto literatura clássica, pois, dentre tantos aspectos já mencionados, torna realizável a evidenciação de um diálogo entre o Brasil do século XX e o Brasil do início deste século XXI.

Desta maneira, compreendemos que a leitura de obras clássicas pode promover a uma melhor compreensão e reflexão sobre a realidade brasileira, sobretudo na atualidade, na qual o país passa por um dos mais conturbados períodos da sua histórica política. Assim sendo, realizamos a defesa pela inclusão do clássico literário e por seu espaço na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Série Bom livro. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Os Bruzundangas**. Jandira, SP: Principis, 2021.

_____. **O destino da literatura**. Revista Souza e Cruz, Rio de Janeiro, ano VI, n. 58-9, out, - nov. 1921. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/obras-literarias/o-destino-da-literatura>.

_____. **Diário do hospício**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. **Sátiras e outras subversões: textos inéditos**. Organização, introdução, pesquisa e notas de Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Melhores contos de Lima Barreto**. Ed. 8ª São Paulo: Global, 2002.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva: 1987.

BOLSONARO confirma Nestor Forster para embaixada do Brasil nos EUA. **PODER360**. 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-confirma-nestor-forster-para-embaixada-do-brasil-nos-eua/>. Acesso em: 12 out. 2021.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. Ed. 37ª São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf .

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o novo Ensino Médio**. 2006.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Companhia das Letras, 1993. 1ª ed. [*Persché leggere i classici*, 1991] Tradução: Nilson Moulin.

CANDIDO, Antonio. **Direitos Humanos e literatura**. In: A.C.R. Fester (Org.) *Direitos humanos E...* Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

CERIONI, Clara. Os ministros do governo Bolsonaro que mentiram no currículo. **Exame**. 22 mai. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/os-ministros-do-governo-bolsonaro-que-mentiram-no-curriculo/>. Acesso em: 12 out. 2021.

CLÁSSICO. In: Michaelis: dicionário prático da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora melhoramentos, 2008. p. 192.

CLIENTELISMO. In: Dicio - dicionário online de Língua Portuguesa. Tubarão: Acer, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/clientelismo/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

COM 24 mudanças, Bolsonaro perde só para Temer e Itamar em troca de ministros. **Poder 360**. 30 mar. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/com-24-mudancas-bolsonaro-perde-so-para-temer-e-itamar-em-troca-de-ministros/>. Acesso em: 03 de nov. 2021.

DOMINGUES, Chirley. **Entre o sensível e o inteligível: a formação do leitor literário, no Ensino Médio, é possível?** 2017. 252 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

ELIOT, Thomas Stearn. **Ensaios escolhidos**. 3ª edição. Lisboa: Edições Cotovia, 2014.

EXÉRCITO confirma ingresso de filha de Bolsonaro em Colégio Militar de Brasília sem processo seletivo. **G1**. 27. out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/10/27/exercito-confirma-ingresso-de-filha-de-bolsonaro-em-colegio-militar-de-brasilia-sem-processo-seletivo.ghtml>. Acesso em: 08. dez. 2021.

FACIOLI, Valentin. **República dos Bruzundangas: Por que não me ufano de meu país**. In: BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Série Bom livro. São Paulo: Ática, 2001. p. 3-8.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Língua e Literatura – Volume 3 – Segundo grau**. Ed. 11ª São Paulo: Editora Ática S.A, 1991.

FIORIN, José Luiz. **Para uma história dos manuais de português: ponto para uma reflexão**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 151-161, 1º sem. 1999.

FLORENCIO, Roberto Remígio; SANTOS, Carlos Alberto dos; LEITE, Vlader Nobre. **Da atualidade de Os Bruzundangas (e a escola moderna)**. Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 42, 2020.

FRITZEN, Celdon. **O entorno da pergunta: “O que significa ensinar literatura? ”: reflexões sobre o seu lugar e papel na Educação Básica**. In: CECHINEL, André. SALES, Cristiano de. **O que significa ensinar literatura?** Florianópolis: EdUFSC; Criciúma: Ediunesc, 2017.

GREGORIM, Clóvis Osvaldo; MARTINELLI, Creud Pereira Santos; NEIVA, Edméa Garcia; CARVALHO, Sandra Helena Terciotti; VIARO, Mário Eduardo. **Michaelis: dicionário prático da língua portuguesa**. São Paulo: Editora melhoramentos, 2008.

LÍDER do governo Bolsonaro defende nepotismo: não pode ser onerado por ser parente. **Carta capital**. 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lider-do-governo-bolsonaro-defende-nepotismo-nao-pode-ser-onerado-por-ser-parente/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)**. Orientador: Osvaldo Munteal Filho. 2017. 149p.. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MARTINS, Ivanda. A literatura no Ensino Médio: quais os desafios do professor? In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. **Português no Ensino Médio e formação do professor**. 3ª Edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 83-102.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

NEPOTISMO. In: **Dicio - dicionário online de Língua Portuguesa**. Tubarão: Acer, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/nepotismo/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

NEPOTISMO: Líder do governo Bolsonaro defende contratação de parentes. **Estado de Minas**. 01 de março de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/01/interna_politica,1241889/nepotismo-lider-do-governo-bolsonaro-defende-contratacao-de-parentes.shtml. Acesso em: 18 jun. 2021.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. **O governo Bolsonaro e o apoio religioso como bandeira política.** Revista brasileira de história das religiões, nº 37, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/download/52231/751375149936>. Acesso em: 11 nov. 2021.

QUEIROZ, Daniela Palhuca do Nascimento. **“BRASIL ACIMA DE TUDO E DEUS ACIMA DE TODOS”:** O fato religioso na campanha presidencial de 2018 do candidato **Jair Messias Bolsonaro em face do princípio da laicidade.** 2020. 152p. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Ciências da Religião)-Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

QUEM são os ministros de Bolsonaro que mentiram ou erraram no currículo. **Vol.** São Paulo. 28 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/28/quem-sao-os-ministros-de-bolsonaro-que-mentiram-ou-erraram-no-curriculo.htm>. Acesso em: 12 out. 2021.

RAMOS, Graciliano. **Infância.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica.** Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

RODRIGUES, M. P. Uma discussão sobre o conceito de clássico. **Revista Fronteira Digital, [S. l.]**, n. 5, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/fronteiradigital/article/view/1539>. Acesso em: 19 out. 2021.

ROUXEL, Annie. **Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor?** Cadernos de pesquisa, v.42, n.145, p. 272-283, jan/abr, 2012.

SANTOS, Jonatan de Souza. **A sátira limabarretiana em *Numa e a Ninfa*.** 2016. 116f. Dissertação (Mestrado em Teorias e crítica da narrativa)-UNESP, Araraquara, 2016.

SÁTIRA. In: Michaelis: dicionário prático da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora melhoramentos, 2008. p. 781.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: Triste visionário.** Ed. 1. São Paulo: Editora Schwarcz, 2017.

SEM diploma, Damares já se apresentou como mestre em Educação e Direito. **Folha de São Paulo**. 31 jan. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/sem-diploma-damares-ja-se-apresentou-como-mestre-em-educacao-e-direito.shtml?fbclid=IwAR2niKNPejIyUu0Y5Qx3wx76UG06h6ateHkOmK_88bmvXPNkvasqo3nAKaE. Acesso em: 12 out. 2021.

SILVA, Décio Bento José da. **A presença de elementos satíricos na obra *Os Bruzundangas* de Lima Barreto**. 2014. 146f. Dissertação (Mestrado Linguagem: Língua e Literatura)- Universidade Estadual de Mato Grosso, Campo Grande/MS, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.

ZILBERMANN, Regina. Que literatura para a escola? Que escola para a literatura? **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v.5, n.1, 9-20, jan./jun. 2009.